



CONSULTA PREVIA
FORNECIMENTO CONTÍNUO DE GASÓLEO
RODOVIÁRIO A GRANEL PARA A
EMBARCAÇÃO "SENHORA DA VEIGA "

Procedimento n.º 58/2024

CPV: 09134100-8 – gasóleo

Código Validação: 7EXMKLEKL9Y6DLS9G3DTH3LF
Verificação: <https://fozcoa.baicaoelectronico.pt/>
Documento assinado eletronicamente em 17/04/2024 às 14:12:12



CONVITE



CONVITE

PROCEDIMENTOS POR CONSULTA PREVIA

Nos termos da alínea c), do n.º 1, artigo 20.º, do artigo 112.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos
(Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de janeiro – na sua versão atual)

Convida-se V.^a Ex.^a a apresentar proposta para aquisição de bens “Fornecimento contínuo de Gasóleo rodoviário a granel para a embarcação "Senhora da Veiga """, de acordo com o Caderno de Encargos que se segue ao presente Convite.

Para efeitos do nº 1 do artigo 115.º do C.C.P. indica-se o seguinte:

a) Entidade adjudicante: Município de Vila Nova de Foz Côa, sito na Praça do Município, com o telefone 279 760 400, Fax 279 760 438 e endereço correio@cm-fozcoa.pt;

b) Órgão que tomou a decisão de contratar: Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, Eng.º Gustavo de Sousa Duarte, no uso de competência própria;

c) Fundamento da escolha do procedimento: Nos termos da alínea c), do n.º 1, artigo 20.º, do n.º 2 do artigo 112.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de janeiro – na sua versão atual);

d) Documentos a apresentar:

1 - Na proposta o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo.

2 - Na proposta o concorrente deve indicar os seguintes elementos:

- Desconto em percentagem (excluindo o IVA);
- Prazo de entrega do produto (Nível de Serviço): 24 ou 48 horas;
- Preço de venda ao público dos produtos s/iva do dia da publicação do convite, para aplicação do critério de adjudicação.
- Condições de pagamento



3 - O preço, que não deve incluir o IVA, é indicado em algarismos e por extenso.

4- A proposta deve ser assinada pelo concorrente e ou seus representantes legais com poderes para o ato.

5 - A proposta deve ser acompanhada de:

i. Declaração do(s) concorrente(s) de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I, do Código dos Contratos Públicos (CCP) (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro) e Caderno de Encargos.

ii. Proposta conforme o anexo III do caderno de encargos

iii. Certidão permanente (se aplicável)

6 - Os documentos que acompanham as propostas devem ser assinados pelas entidades que os emitem.

e) Idioma dos documentos da Proposta: os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa;

f) A proposta deve ser apresentada na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, utilizada pela entidade adjudicante, até às 17.30 horas, do 9.º dia contado a partir do dia seguinte ao envio do presente convite, ou caso o dia assim determinado não seja útil, no dia útil seguinte a esta data;

g) Caução: Não é exigível a prestação de caução, visto que o valor estimado do contrato é inferior a € 200.000,00, de acordo com o n.º 2 do artigo 88.º do C.C.P.

h) Valor da Caução: Não aplicável.

i) Prazo para apresentação dos documentos de habilitação: o prazo para apresentação, pelo adjudicatário, dos documentos de habilitação, bem como o prazo a conceder pela entidade adjudicante para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º, é fixado pelo órgão competente da decisão de contratar. Os documentos de habilitação



devem ser apresentados na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov e são os seguintes:

1-documentos comprovativos de que o concorrente não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo n.º 55 do CCP

2-declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do caderno de encargos e Código Contratos Públicos.

3-Registo Central do Beneficiário Efetivo (quando aplicável)

j) As propostas não serão objeto de negociação, com exceção do caso de empate entre duas propostas vencedoras.

k) Não são admitidas propostas variantes.

l) Não são admitidas propostas parciais, relativamente aos bens/equipamentos do presente caderno encargos.

m) Critério de adjudicação - A adjudicação será efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, ou seja, a que obtiver a menor pontuação, tendo em conta os seguintes fatores e respetiva ponderação:

i) Preço com a ponderação de 95%

ii) Prazo de Entrega, com a ponderação de 5%

$$PtF = \frac{(PVP - DU) \times 100}{PVP} \times 95\% + PE$$

Em que:

PtF= Pontuação final

PVP – Preço de Venda ao público nos postos de abastecimento ou equivalente do concorrente – referente ao preço do gasóleo simples a granel em vigor no dia do envio do convite.

DU = Desconto Unitário a aplicar no fornecimento durante a duração do contrato,

PE = Prazo de Entrega



O fator Prazo de Entrega (PE) será avaliado atendendo ao prazo de entrega do produto (Nível de Serviço), nas seguintes condições:

- Se o prazo limite de entrega do produto (PE) proposto pelo concorrente for superior a 48 horas, a proposta será penalizada com 100% da ponderação do factor, ou seja, 5 pontos
- Se o prazo limite de entrega do produto (PE) proposto pelo concorrente for entre 48h e 24h, a proposta será penalizada com 50% da ponderação do factor, ou seja, 2,5 pontos.
- Se o prazo limite de entrega do produto (PE) proposto pelo concorrente for 24 horas, a proposta não será penalizada.

2 – Em caso de empate, proceder-se-á da seguinte forma:

Em caso de empate entre duas propostas vencedoras será feito um sorteio.

O Presidente da Câmara,

Dr. João Paulo Lucas Donas Botto Sousa

Documento assinado eletronicamente







ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256-A do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro na sua redação atual]

1 – ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa) e se for o caso, do caderno de encargo do acordo-quadro aplicável ao procedimento declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:

- a) ...
- b) ...

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo n.º 55 do referido código.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura ⁽⁴⁾].



- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), e c) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º ou na subalínea b) ou alínea c) do n.º3 do artigo 256º-A, conforme aplicável
- (4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada(2) não se encontra em nenhuma situações previstas no n.º1 do artigo 55 do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sitio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.º 4 e 5 do artigo n.º57.º



ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA

..... (*designação do fornecedor*), (*nº de pessoa coletiva*), com sede, em, depois de ter tomado conhecimento do objeto da aquisição de bens de, a que se refere o vosso convite datado de/...../....., obriga-se a prestação dos mesmos, em conformidade com o Caderno de Encargos, pelo preço da tabela de venda ao Público com desconto de _____, _____ Euros (*.....extenso*), que não inclui o Imposto Sobre o Valor Acrescentado.

À quantia supra mencionada acrescerá o Imposto Sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor.

Data

Assinaturas

